ipea
Instituto de Planejamento Economico e Social
INPES
Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 136

"Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do Finsocial."

Bernhard Beiner

Abril de 1988

Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPEA/IPLAN
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO
DEPLAN

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 136

"Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do Finsocial."

Bernhard Beiner

Abril de 1988

Tiragem: 80 exemplares

Trabalho concluído em: Abril de 1988

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro - RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

OS INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS NA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL: O CASO DO FINSOCIAL

Bernhard Beiner*

I INTRODUÇÃO

II A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FINSOCIAL

III A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DOS MINISTÉRIOS SOCIAIS

IV O FINSOCIAL E AS DESPESAS DOS MINISTÉRIOS SOCIAIS

V CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS

* Do INPES/IPEA

SUMÁRIO

Este estudo tem dois objetivos básicos. O primeiro objetivo é descrever, de forma sucinta, a mecânica e os resultados obtidos pelo FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social, de 1982 (ano de criação do Fundo) até 1986. Mostra-se a evolução da sua arrecadação e quanto destes recursos foi aplicado em cada uma das cinco áreas a que se destinam, desde sua criação, os investimentos de cunho assistencial do FINSOCIAL: alimentação, saúde, educação, habitação popular e apoio ao pequeno agricultor.

O outro propósito é discutir o caráter complementar dos investimentos apoiados pelo FINSOCIAL, ou seja, tentar detectar em que proporção os recursos arrecadados de 1982 a 1986 pelo Fundo (concebido para ser uma fonte suplementar de recursos) cobriram o que o governo federal deixou de consignar diretamente (via Ministérios) à infra-estrutura social. Para este fim simulou-se qual teria sido a despesa realizada pelos ministérios que contaram com recursos do FINSOCIAL, caso estes não lhes fossem alocados.

Visto por esse prisma, pode-se afirmar que o ministério no qual o FINSOCIAL produziu o maior impacto foi o do Interior. Em 1983, por exemplo, a injeção de recursos do Fundo fez com que a despesa real deste Ministério ficasse 2,5% maior do que em 1982. Caso não tivesse contado com eles, a despesa do Ministério teria decrescido em mais de 55%. Note-se que, naquele ano, a aplicação do FINSOCIAL no Ministério teve um incremento real de 363% em relação ao ano anterior. Já em 1984, quando o Fundo aplicou cerca de 23% a menos que em 1983, a despesa total do Ministério caiu 44%, valor este inferior, no entanto, aos 80% que representam a possível queda em seus dispêndios se não tivesse ocorrido a aplicação dos recursos do FINSOCIAL.

OS INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS NA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL: O CASO DO FINSOCIAL

Bernhard Beiner*

I - INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a estrutura de financiamento da política social no Brasil tem sido caracterizada, nos últimos vinte anos, por uma excessiva centralização do poder de decisão e da gestão financeira dos recursos por parte do governo federal,[1] a criação, em 1982, do FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social, baseava-se na necessidade de desatrelar, ao menos parcialmente, a obtenção de recursos financeiros para as prioridades sociais da eventual existência de resíduos orçamentários das políticas fiscal e monetária do governo. Isto porque o aporte mensal da nova arrecadação social[2] garantiria os investimentos de caráter assistencial nas áreas de alimentação, saúde, educação, habitação popular e apoio ao pequeno agricultor, a serem financiadas através do FINSOCIAL.

Neste sentido, a continuidade dos programas apoiados pelo Fundo estaria sujeita apenas às flutuações cíclicas da economia e às correspondentes variações nos faturamentos das empresas e não mais às premências momentâneas do Governo de fortalecer financeiramente outros setores em detrimento do social.

No entanto, da análise do desempenho do FINSOCIAL nestes cinco anos de existência, que será feita mais adiante, a evi-

---

*Do INPES/IPEA.

[1] Cf. Fernando A. Rezende da Silva, "A Política Social e a Crise Econômica", INPES/IPEA, Textos para Discussão Interna, nº 111, maio de 1987.

[2] Decorrente de 0,5% da receita bruta das empresas mercantis e das rendas (operacionais e não operacionais) das instituições financeiras e das sociedades seguradoras, além de 5% do imposto de renda devido das empresas prestadoras de serviço.

dência é de que mesmo tendo a garantia de poder contar com os recursos arrecadados mensalmente, o BNDES, a quem foi atribuída a gestão do Fundo, por falta de definição de regras claras para a aplicação da verba, entre outros motivos, acabou não administrando diretamente os recursos, transformando-se em mera fonte substitutiva dos encargos do Tesouro no financiamento do investimento social.

Logo no segundo ano de criação do Fundo, a arrecadação começou a ser desviada para a complementação dos orçamentos de alguns ministérios ou sendo utilizada - via Banco Central - para outras finalidades mais imediatas da política financeira, aproveitando o hiato entre a arrecadação e a alocação dos recursos nos programas sociais.[3]

Aparentemente, o que há então não é apenas a sempre propalada falta de recursos para o setor social, mas sim a pouca eficiência, por parte do governo, na utilização destes recursos. Feita de modo centralizador, a alocação dos financiamentos da área social é paradoxalmente direcionada, em muitos dos casos, para aplicações voltadas para populações de renda mais alta, capazes de exercer, do ponto de vista político, maiores pressões, e de propiciar às aplicações maiores taxas de retorno.

Como isto acontece na alocação final dos recursos, esta ilação pode ser estendida também aos ministérios com maior capacitação técnica e/ou política para obtenção de recursos da União.

O propósito deste estudo é verificar em que medida os recursos arrecadados pelo FINSOCIAL, que foi criado para ser uma fonte suplementar de recursos para o financiamento dos programas

---

[3]Cf. Mozart de Abreu e Lima, Lúcia Pontes de Miranda Baptista e Klécius Ferreira da S. Muniz, "FINSOCIAL: Análise Sumária do Funcionamento 1982/1986", IPEA/ASTEC, janeiro de 1987.

sociais do governo, serviram para complementar as dotações específicas de alguns ministérios sociais no orçamento da União. Para este fim, descreve-se, sucintamente, na 2ª seção deste relatório, a aplicação dos recursos do Fundo, desde sua criação até 1986, passando-se a verificar, na 3ª seção, a evolução das despesas dos ministérios sociais neste mesmo período. A 4ª seção cotejará os dados das seções anteriores, ficando a seção final para as conclusões e comentários.

II - A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FINSOCIAL

Desde 1982 os recursos arrecadados pelo FINSOCAL têm sido aplicados em cinco grandes áreas de atuação definidas pelo Decreto-Lei nº 1940, de 25/05/82, que criou o Fundo: alimentação, saúde, educação, habitação e apoio ao pequeno agricultor.

Na área de alimentação estão os programas de suplementação alimentar de crianças até 6 anos, escolares, gestantes e nutrizes, a distribuição de leite para crianças de famílias de baixa renda e os programas de abastecimento de alimentos, a preços reduzidos, para as populações das periferias das cidades.

Na área de saúde os recursos foram destinados, na sua maior parte, para a ampliação/adequação da infra-estrutura de serviços básicos, o controle de doenças transmissíveis, inclusive as grandes endemias e a distribuição de medicamentos essenciais.

Na educação tem preponderado o apoio à ampliação/adequação da rede de escolas do 1º grau, bem como o fortalecimento da distribuição de livros e materiais didáticos.

As aplicações em habitação popular têm sido voltadas para a recuperação de habitações e construção de moradias de baixo custo e urbanização de lotes e favelas, além de investimentos destinados ao aperfeiçoamento da infra-estrutura urbana.

O apoio ao pequeno agricultor se tem materializado pelo fomento aos programas de assentamento de trabalhadores rurais, colonização e regularização fundiária e estímulo ao pequeno produtor do Nordeste.

Conforme pode ser verificado nas Tabelas 1 e 2, os setores de alimentação, apoio ao pequeno agricultor e saúde foram os mais aquinhoados no período 82/86, respondendo por 29,6 , 21,5 e 20,3%, respectivamente, das aplicações do FINSOCIAL.

Segundo o Relatório de Atividades do BNDES de 1986, a parcela de recursos do FINSOCIAL administrada diretamente pelo Banco, que até 1984 ainda representava cerca da metade do total arrecadado pelo Fundo, reduziu-se a 21% em 1985 e ficou em apenas 3% em 1986.

Desta forma, embora a arrecadação do FINSOCIAL tenha crescido, em termos reais, desde a sua criação,[4] a relação entre os recursos desembolsados pelo Banco para os projetos do Fundo e o total dos desembolsos realizados pelo BNDES como um todo ficou em 15% durante 1983 e 1984, reduzindo-se a 8% em 1985 e mal alcançando 1% em 1986.[5]

Este declínio condicionou a atuação do Banco, que passou a investir apenas em pequenos projetos que possam servir de modelos e que tenham passado pela criteriosa análise de projetos tradicionalmente elaborada pelo Banco, o que não costuma ser realizado com rigor pelos demais órgãos do governo que contam com os recursos do Fundo, devido, entre outras razões, ao caráter assistencial e emergencial dos financiamentos.

---

[4] 54% no 2º ano; 2,5% em 1984; 16,5% em 1985 e 13,8% em 1986.

[5] De certa forma, pode-se dizer que a letra "s", de social, que foi acrescentada à sigla do Banco, quando da criação do Fundo, não tem mais muita razão de ser...

TABELA 1

FINSOCIAL - 1982/1986 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS POR ÁREAS

Cz$ Milhões Constantes*

ÁREAS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Alimentação	6 959,4	21 808,2	20 004,7	29 393,3	41 181,2	119 346,8
Saúde	20 507,8	10 680,2	20 407,2	10 722,6	19 281,4	81 599,2
Educação	13 389,6	5 053,0	4 849,3	12 118,3	3 479,9	38 890,1
Habitação	5 292,3	5 696,1	7 248,3	13 672,4	11 875,5	43 784,6
Apoio Peq. Agricultor	3 836,9	25 666,9	25 998,2	10 412,7	20 717,6	86 632,3
Programação Integrada	-	-	406,4	1 205,4	7 926,9	9 538,7
Administração de Receitas	-	-	-	154,9	181,6	336,5
Valor Aplicado	49 986,0	68 904,4	78 914,1	77 679,6	104 644,1	380 128,2
Arrecadação não-aplicada e contenção Dec. nºs 2212/84 e 2276/85	-	8 061,8	-	14 269,4	-	22 331,2
TOTAL	49 986,0	76 966,2	78 914,1	91 949,0	104 644,1	402 459,4

FONTE: IPEA/ASTEC - FINSOCIAL: Consolidação de Informações (FINEVAP).

*Base: OTN. Dez./87.

TABELA 2

FINSOCIAL - 1982/1986 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS POR ÁREAS

Distribuição Percentual

ÁREAS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Alimentação	13,9	28,3	25,4	31,9	39,4	29,6
Saúde	41,0	13,9	25,9	11,7	18,4	20,3
Educação	26,8	6,6	6,1	13,2	3,3	9,7
Habitação	10,6	7,4	9,2	14,9	11,3	10,9
Apoio Peq. Agricultor	7,7	33,3	32,9	11,3	19,8	21,5
Programação Integrada	-	-	0,5	1,3	7,6	2,4
Administração de Receitas	-	-	-	0,2	0,2	0,1
Valor Aplicado	100,0	89,5	100,0	84,5	100,0	94,5
Arrecadação não-aplicada e contenção Dec. nºs 2212/84 e 2276/85	-	10,5	-	15,5	-	5,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 1.

De acordo com o que mostra a Tabela 3, que separa por programas a aplicação dos recursos arrecadados pelo FINSOCIAL no total do período, os programas de suplementação alimentar e nutricional, educação básica, construção de moradias de baixo custo e estímulo ao pequeno produtor de alimentos, consumiram mais da metade da arrecadação do Fundo no período de 1982 a 1986.

É de se notar que as despesas de cada um dos programas, em muitos dos casos, se referem a mais de uma área; o de saneamento básico, por exemplo, entra tanto na área de saúde como na de habitação. Além disso, estas despesas são feitas, geralmente, por mais de um ministério: o programa de suplementação alimentar, por exemplo, distribui recursos através dos ministérios do Interior, Indústria e Comércio, Previdência, Saúde, Educação, Agricultura e da Presidência da República.

As Tabelas 4 e 5, que encerram esta seção, foram organizadas de forma a dar as informações do FINSOCIAL por Ministério e mostram que já por esta ótica, através do Ministério da Saúde saiu mais de uma quarta parte dos recursos arrecadados pelo Fundo, ficando o da Educação responsável por algo em torno de 25% também e o do Interior por 17% do total arrecadado de 1982 a 1986.

Embora o total dos recursos arrecadados pelo FINSOCIAL tenha crescido, em termos reais, em todos os anos do período, o mesmo já não ocorreu com o valor aplicado pelos ministérios que devido à retenção, pelo Tesouro, de recursos arrecadados pelo FINSOCIAL com base nos Decretos nºs 2.212/84 e 2.276/85, teve uma queda real de 1,6% em 1985 (ano em que a arrecadação do Fundo havia crescido 16,5%). Nos demais anos, no entanto, o valor aplicado teve os seguintes incrementos: 37,8% em 1983; 14,5% em 1984 e 34,7% em 1986.

TABELA 3

FINSOCIAL - 1982/1986

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS POR PROGRAMAS

PROGRAMAS EXECUTADOS DE 1982 A 1986	Cz$ MILHÕES* CONSTANTES	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
Suplementação Alimentar e Nutricional	112 430,5	27,9
Abastecimento Popular	8 388,0	2,1
Assistência Médico-Hospitalar	18 291,7	4,5
Distribuição de Medicamentos	12 490,9	3,1
Doenças Transmissíveis	5 735,3	1,4
Grandes Endemias	23 229,0	5,8
Infra-Estrutura Serviços Básicos Saúde	17 037,0	4,2
Sangue e Hemoderivados	362,3	0,1
Auto-suficiência em Imunobiológicos	1 123,4	0,3
Ação Comunitária	3 327,8	0,8
Educação Básica	30 840,8	7,7
Educação Pré-Escolar	4 369,4	1,2
Livros e Material Didático	3 674,9	0,9
Recuperação de Habitações	5 574,5	1,4
Urbanizações de Lotes e Favelas	6 569,2	1,6
Construção Moradias Baixo Custo	31 044,4	7,7
Subsídio Mutuários BNH	2 426,4	0,6
Saneamento Básico	12 355,4	3,1
Colonização e Regularização Fundiária	16 203,4	4,0
PNRA - Assentamento Trabalhadores Rurais	6 836,3	1,7
Estímulo Pequeno Produtor Alimentos	27 321,4	6,8
PAPP - Pequeno Produtor Rural - NE	23 897,9	5,9
Assistência Comunidades Indígenas	190,2	0,1
Primeiro a Criança	3 375,4	0,8
Programação Integrada	2 696,1	0,7
Administração de Receitas	336,6	0,1
Valor Aplicado	380 128,2	94,5
Arrecadação não-aplicada e Contenção Dec. nºs 2212/84 e 2276/85	22 331,2	5,5
TOTAL	402 459,4	100,0

FONTE: IPEA/ASTEC - FINSOCIAL: Consolidação de Informações (FINDA 82/86).

*Base: OTN - Dez./1987.

TABELA 4

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS POR MINISTÉRIOS

FINSOCIAL - 1982/1986

Cz$ milhões constantes*

MINISTÉRIOS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Presidência da República	-	2 767,6	8,353,1	8 781,1	10 689,9	30 591,7
Agricultura	3 836,9	3 514,1	2 576,6	6 657,3	1 887,3	18 472,2
Educação	17 200,0	14 929,3	14 808,2	26 050,4	27 816,7	100 804,6
Fazenda	-	-	-	154,9	181,6	336,5
Indústria e Comércio	-	459,4	-	-	-	459,4
Interior	5 821,6	26 964,6	20 679,4	1 730,7	13 351,7	68 548,0
Previdência e Assistência Social	-	6 006,2	15 810,4	1 478,9	3 375,4	26 670,9
Saúde	23 127,5	14 263,2	13 332,6	19 330,5	31 646,6	101 700,4
Trabalho	-	-	-	569,7	-	569,7
Ass. Fundiários	-	-	3 353,8	-	-	3 353,8
Reforma e Desenvolvimento Agrário	-	-	-	1 019,7	5 830,3	6 850,0
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	-	-	-	11 906,4	9 864,6	21 771,0
Valor Aplicado	49 986,0	68 904,4	78 914,1	77 679,6	104 644,1	380 128,2
Arrecadado e não-aplicado e contenção dos Decretos nºs 2.212/84 e 2.276/85	-	8 061,8	-	14 269,4	-	22 331,2
TOTAL	49 986,0	76 966,2	78 914,1	91 949,0	104 644,1	402 459,4

FONTE: IPEA/ASTEC - FINSOCIAL: Consolidação de Informações (FINEVAS).

*Base: OTN Dez./1987.

TABELA 5

FINSOCIAL - 1982/1986 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS POR MINISTÉRIOS

Distribuição Percentual

MINISTÉRIOS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Presidência da República	-	3,6	10,6	9,6	10,2	7,6
Agricultura	7,7	4,6	3,3	7,2	1,8	4,6
Educação	34,4	19,4	18,8	28,3	26,6	25,0
Fazenda	-	-	-	0,2	0,2	0,1
Indústria e Comércio	-	0,6	-	-	-	0,1
Interior	11,6	35,0	26,2	1,9	12,8	17,0
Previdência e Assistência Social	-	7,8	20,0	1,6	3,2	6,6
Saúde	46,3	18,5	16,9	21,0	30,2	25,3
Trabalho	-	-	-	0,6	-	0,2
Ass. Fundiários	-	-	4,2	-	-	0,8
Reforma e D. Agrário	-	-	-	1,1	5,6	1,7
Desenv. Urb. M. Ambiente	-	-	-	13,0	9,4	5,5
Valor Aplicado	100,0	89,5	100,0	84,5	100,0	94,5
Arrecadado e não-aplicado e contenção Dec. nºs 2212/84 e 2276/85	-	10,5	-	15,5	-	5,5
TOTAL	100,0	100,0	100 ,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 4.

INPES, 136/88

Instituto de Planejamento Econômico

Saliente-se, ainda, que a aplicação de recursos do Fundo, no ano de sua criação, começou apenas no 2º semestre, o que torna irreal o crescimento de 54% na arrecadação e de 37,8% no valor aplicado em 1983 em relação aos demais anos.

Analisando-se o desempenho dos quatro ministérios que contaram com recursos do FINSOCIAL desde seu primeiro ano de funcionamento, o único que teve um acréscimo real no valor aplicado em 1983 foi o do Interior. Já no ano seguinte, todos os quatro ministérios apresentaram queda no valor real aplicado, havendo uma recuperação em 1985, quando os ministérios da Agricultura, da Educação e o da Saúde apresentaram incrementos reais de 158,4 , 75,9 e 45%, respectivamente. No ano de 1986, o único desses ministérios que não teve aumento real foi o da Agricultura, o que pode ser explicado, em parte, pela superposição de suas aplicações com as do recém-criado ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Devido às permanentes modificações na estrutura e nas atribuições dos ministérios ocorridas no período, este tipo de superposição certamente ocorreu também (em alguns anos, pelo menos) entre os ministérios da Previdência e da Saúde, e entre os do Interior e do Desenvolvimento Urbano (criado em 1985).

Isto ficará patente mais adiante, ao verificarmos que as despesas totais contabilizadas em 1985 no Balanço Geral da União em nome do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foram muito menores que as consignadas pelo FINSOCIAL ao recém-criado ministério no mesmo ano.

III - A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DOS MINISTÉRIOS SOCIAIS

A partir do rol de ministérios para os quais houve alocação de recursos do FINSOCIAL de 1982 a 1986, foram montadas as Tabelas 6, 7 e 8, que mostram as despesas totais realizadas por estes ministérios apenas nos anos em que contaram com as verbas do Fundo.

Deve-se observar, no entanto, que as despesas realizadas (compostas de despesas correntes e de capital), são o resul-

TABELA 6

BRASIL - 1982/1986 - DESPESA TOTAL REALIZADA POR MINISTÉRIOS QUE APLICARAM RECURSOS DO FINSOCIAL

Cz$ Milhões Constantes*

MINISTÉRIOS / ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Presidência da República	-	25 173,1	24 775,1	27 752,6	32 205,1	109 905,9
Agricultura	37 337,3	34 475,2	37 586,8	39 164,5	42 118,3	190 682,1
Educação	103 623,7	88 036,8	92 080,9	125 450,9	158 540,5	567 732,8
Fazenda	-	-	-	25 610,6	32 451,0	58 061,6
Indústria e Comércio	-	22 244,6	-	-	-	22 244,6
Interior	42 074,0	43 122,7	23 978,0	40 539,7	26 919,2	176 633,6
Previdência e Assistência Social	-	31 156,3	42 447,9	40 714,0	38 986,8	153 305,0
Saúde	19 025,9	16 893,0	19 235,3	31 801,9	56 287,6	143 243,7
Trabalho	-	-	-	7 437,8	-	7 437,8
Ass. Fundiários	-	-	-	-	-	-
Reforma D. Agrário	-	-	-	-	2 553,3	2 553,3
Des. Urb. M. Ambiente	-	-	-	135,7	10 747,9	10 883,6
Subtotal	202 060,9	261 101,7	240 104,0	338 607,7	400 809,7	1 442 684,0
TOTAL DA UNIÃO	1 222 473,7	1 275 259,3	1 334 326,5	1 486 025,1	2 605 721,0	7 923 805,6

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE), 1982/1986 e Balanço Geral da União (Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda), 1986.

*Base: OTN - Dez./1987.

TABELA 7

BRASIL - 1982/1986 - DESPESA TOTAL REALIZADA POR MINISTÉRIOS QUE APLICARAM RECURSOS DO FINSOCIAL

Distribuição Percentual

MINISTÉRIOS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Presidência da República	-	2,0	1,9	1,9	1,2	1,4
Agricultura	3,0	2,7	2,8	2,6	1,6	2,4
Educação	8,5	6,9	6,9	8,4	6,1	7,2
Fazenda	-	-	-	1,7	1,3	0,7
Indústria e Comércio	-	1,7	-	-	-	0,3
Interior	3,4	3,4	1,8	2,7	1,0	2,2
Previdência e A. Social	-	2,5	3,2	2,7	1,5	1,9
Saúde	1,6	1,3	1,4	2,2	2,2	1,8
Trabalho	-	-	-	0,5	-	0,1
Ass. Fundiários	-	-	-	-	-	-
Reforma D. Agrário	-	-	-	-	0,1	0,1
Desenvolv. Urb. M. Amb.	-	-	-	0,1	0,4	0,1
Subtotal	16,5	20,5	18,0	22,8	15,4	18,2
TOTAL DA UNIÃO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 6.

TABELA 8

BRASIL - 1982/1986 - DESPESA TOTAL REALIZADA POR MINISTÉRIOS QUE APLICARAM RECURSOS DO FINSOCIAL

Distribuição Percentual

MINISTÉRIOS \ ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982 A 1986
Presidência da República	-	9,7	10,3	8,2	8,0	7,6
Agricultura	18,5	13,2	15,7	11,5	10,5	13,2
Educação	51,3	33,7	38,3	37,0	39,6	39,4
Fazenda	-	-	-	7,6	8,1	4,0
Indústria e Comércio	-	8,5	-	-	-	1,6
Interior	20,8	16,5	10,0	12,0	6,7	12,2
Prev. e A. Social	-	11,9	17,7	12,0	9,7	10,6
Saúde	9,4	6,5	8,0	9,4	14,1	9,9
Trabalho	-	-	-	2,2	-	0,5
Ass. Fundiários	-	-	-	-	-	-
Reforma D. Agrário	-	-	-	-	0,6	0,2
Desenv. Urb. M. Amb.	-	-	-	0,1	2,7	0,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 6.

tado das dotações autorizadas pelos orçamentos elaborados nos anos anteriores à sua execução mais as suplementações concedidas pelo Tesouro diretamente aos ministérios ao longo do período, constituindo, assim, a parte "visível" das despesas realizadas pelos diversos órgãos do governo, visto que alguns tipos de gastos (que aparecem nos Balanços Gerais da União sob a rubrica E.G.U. - Encargos Gerais da União)[6] não são incorporados ao dispêndio específico do órgão a que foram destinados, embora constem do total de despesas realizadas pelo União.

Feitas estas considerações, pode-se verificar que as tradicionalmente denominadas áreas sociais alocaram, através dos Ministérios da Educação e da Saúde, o equivalente a 9% das despesas realizadas nestes 5 anos pelo país como um todo, sendo 7,2 % pelo Ministério da Educação e 1,8% pelo da Saúde.

Se forem acrescentados a estes ministérios os da Agricultura e do Interior, que também contaram com os recursos do FINSOCIAL desde sua criação, em 1982, a participação das despesas realizadas por estes quatro ministérios sobe a 13,6% do total das despesas da União no período.

Conforme mostra a Tabela 6, embora o total das despesas da União tenha crescido, em termos reais, em todos os anos do período (4,3% em 1983; 4,6% em 1984; 11,4% em 1985 e 75,3% em 1986), o mesmo já não ocorreu, nem de forma aproximada, com os quatro ministérios que tiveram entrada de recursos do FINSOCIAL neste período. A despesa do Ministério da Educação, por exemplo, caiu 15%, em termos reais, de 1982 para 1983, subindo 4,6% de 1983 para 1984, 36,2% em 1985 e ficou em 26,4% maior de 1985 para 1986.

No Ministério da Agricultura houve uma queda de 7,7% no 2º ano, um aumento de 9% em 1984, seguindo-se 4,2% de incremento em 1985 e 7,5% em 1986.

---

[6] A participação dos E.G.U. no total das despesas realizadas pela União foi de 8,3% em 1982; 11,7% em 1983; 10% em 1984; 7,5% em 1985 e 6,1% em 1986.

O Ministério do Interior apresentou um acréscimo de 2,5% no ano de 1983, caindo cerca de 44,4% em 1984, atingindo 69,1% de 1984 para 1985 e caindo novamente 33,6% de 1985 para 1986. Finalmente, o Ministério da Saúde apresentou aparentemente o melhor desempenho dos quatro: embora tenha caído 11,2% no 2º ano, apresentou um crescimento de 13,9% em 1984, 65,3% em 1985 e 77% em 1986.

A soma das despesas dos 4 ministérios mostra, no agregado, uma queda de 9,7% de 1982 para 1983, sucedendo-se outra queda, de 5,3% de 1983 para 1984, passando a crescer de 37,1% e 19,8% em 1985 e 1986, respectivamente.

Os ministérios que despenderam recursos do FINSOCIAL nos 5 anos em análise tiveram um peso de 18,2% no total das despesas realizadas pela União neste período, como pode ser visto na Tabela 7.

Já a Tabela 8 evidencia uma concentração de cerca de três quartos do total das despesas realizadas de 1982 a 1986 por todos os ministérios contemplados com recursos do FINSOCIAL nos Ministérios da Educação (39,4%), da Agricultura (13,2%), do Interior (12,2%) e da Saúde (9,9%).

IV - O FINSOCIAL E AS DESPESAS DOS MINISTÉRIOS SOCIAIS

Antes de estabelecer algumas comparações entre os valores aplicados pelo FINSOCIAL e os dispêndios totais realizados pelos ministérios que dele receberam recursos de 1982 a 1986, cumpre ressaltar que embora as informações do FINSOCIAL (Tabela 4) sejam de que houve alocação de recursos para o então denominado Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários em 1984, e para o então Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário em 1985, nos Balanços Gerais da União de 1984 e 1985 (Tabela 6) não constam, respectivamente, nem um nem outro órgão, o que não é de se estranhar, visto que ambos podem ter tido suas verbas alocadas, seja através de outros ministérios, seja através dos Encargos Gerais da União, como já referido anteriormente.

Dado o pouco peso específico destes 2 órgãos, tanto no total das despesas realizadas pelos ministérios que receberam recursos do FINSOCIAL quanto no total dos valores aplicados pelo Fundo, o que é também o caso dos Ministérios do Trabalho e da Indústria e Comércio (que receberam recursos do FINSOCIAL um só ano) e dado ainda que a participação do Ministério da Fazenda, a partir de 1985, na partição dos recursos do Fundo, se explica tão-somente pela rubrica "Administração de Receitas", nenhum destes órgãos será levado em conta no exercício de simulação que se segue.

Este exercício tem por finalidade verificar qual teria sido a despesa realizada por alguns ministérios sociais que contaram com recursos do FINSOCIAL caso estes recursos não lhes fossem alocados. Ou seja, expurgando-se de suas despesas a verba injetada pelo Fundo, comparar o desempenho dos dispêndios dos ministérios à situação anterior.

Claro está que as conclusões a que leva um cotejo desse tipo devem ser encaradas com bastante reserva, visto não se ter a possibilidade de testar se as variações decorrentes do expurgo ocorreram exatamente por este fato. Fatores tais como mudanças nas prioridades sociais de cada ministério, ministro ou governo, maior ou menor capacidade técnica e política de conseguir recursos (seja ordinários, seja do FINSOCIAL), distribuição diferenciada, de ano para ano, dos diferentes tipos de gastos na estrutura do ministério e vários outros fatores internos e externos aos órgãos certamente explicariam de outra forma as variações ocorridas do que esta simulação.

Feitas estas qualificações, o exercício deve ser visto, no entanto, como um esforço para detectar, mesmo que de forma aproximada, o impacto do FINSOCIAL nas despesas dos ministérios sociais ao longo destes 5 anos.

Para este efeito, armou-se a Tabela 9, que indica a quanto montaria a despesa total realizada pelos quatro ministérios que receberam recursos do FINSOCIAL durante todos os anos do

período, na hipótese de não ter ocorrido o ingresso dos recursos do Fundo.

A participação percentual média do FINSOCIAL nas despesas dos ministérios (Tabela 10) foi de 9,7% no da Agricultura, 17,8% no da Educação e 38,8% no do Interior. Não se considerou, nesta tabela, a participação do FINSOCIAL na despesa do Ministério da Saúde do período, devido às distorções que ocorreriam na análise, face à inconsistência do dado do ano de 1982 neste ministério, conforme observado na Tabela 9.[7]

O ano de 1985 apresenta o maior peso da participação dos recursos do FINSOCIAL no somatório das despesas realizadas pelos Ministérios da Agricultura (17%) e da Educação (20,8%) e o menor índice (de todos os 5 anos nos 3 Ministérios) também foi no ano de 1985, quando o Fundo representou apenas 4,3% do total das despesas do Ministério do Interior, em função da sua divisão, com a criação, neste ano, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. No ano anterior, o Ministério do Interior, cuja despesa teve, de 1982 a 1986, quase 40% prevenientes do FINSOCIAL, chegou a ter 86,2% de sua despesa alocados através do Fundo. Em outras palavras, de todas as despesas realizadas pelo Ministério do Interior em 1984, o FINSOCIAL deixou de cobrir apenas 13,8%.

Dos três ministérios que contaram com os recursos do FINSOCIAL de 1982 a 1986, pode-se dizer que o do Interior, na comparação entre a evolução de suas despesas realizadas e o que teria sido esta evolução sem os recursos do Fundo, foi, ao que parece, o ministério no qual o FINSOCIAL produziu maior impacto. De acordo com o que mostra a Tabela 11, a injeção de recursos do Fundo, em 1983, fez com que a despesa deste ministério ficasse 2,5% maior do que em 1982. Caso não tivesse contato com estes recursos, a despesa do ministério (aparentemente, pelo menos), teria caído 55,4%. Isto em 1983, ano em que a aplicação do Fundo

---

[7] Para o período 1983/1986, no entanto, o Ministério da Saúde consta da Tabela 12.

TABELA 9

MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1982/1986

DESPESA TOTAL REALIZADA MENOS APLICAÇÃO DO FINSOCIAL

Cz$ Milhões constantes*

MINISTÉRIOS / ANOS	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO	INTERIOR	SAÚDE
1982	33 500,4	86 423,7	36 252,4	(4 101,6)**
1983	30 961,1	73 107,5	16 158,1	2 629,8
1984	35 010,2	77 272,7	3 298,6	5 902,7
1985	32 507,2	99 400,5	38 809,0	12 471,4
1986	40 231,0	130 723,8	13 567,5	24 641,0
1982 a 1986	172 209,0	466 928,2	108 085,6	41 543,3

FONTE: Tabelas 4 e 6.

*Base: OTN Dez./1987.

**A aparente inconsistência do número negativo decorre do fato de que o Ministério da Saúde, por ter feito investimentos em saneamento básico (atribuição da alçada do Ministério do Interior) teve, por parte do FINSOCIAL, contabilizada esta despesa na sua conta, não tendo sido este o procedimento adotado no Balanço Geral da União, no qual foi lançado como sendo do Ministério do Interior.

TABELA 10

MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1982/1986

PARTICIPAÇÃO DO FINSOCIAL NA DESPESA TOTAL REALIZADA

%

MINISTÉRIOS / ANOS	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO	INTERIOR
1982	10,3	16,6	13,8
1983	10,2	17,0	62,5
1984	6,9	16,1	86,2
1985	17,0	20,8	4,3
1986	4,5	17,5	49,6
1982 a 1986	9,7	17,8	38,8

FONTE: Tabelas 4 e 6.

TABELA 11: MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1982/1986
EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA, DA APLICAÇÃO DO FINSOCIAL E DA DESPESA MENOS O FINSOCIAL

%

Variação Percentual / Ministérios	1982/1983	1983/1984	1984/1985	1985/1986
Agricultura				
Despesa Realizada	(7,7)	9,0	4,2	7,5
Aplicação do FINSOCIAL	(8,4)	(26,7)	158,4	(71,7)
Despesa (-) FINSOCIAL	(7,6)	13,1	(7,1)	23,8
Educação				
Despesa Realizada	(15,0)	4,6	36,2	26,4
Aplicação do FINSOCIAL	(13,2)	(0,8)	75,9	6,8
Despesa (-) FINSOCIAL	(15,4)	5,7	28,6	31,5
Interior				
Despesa Realizada	2,5	(44,4)	69,1	(33,6)
Aplicação do FINSOCIAL	363,2	(23,3)	(91,6)	671,5
Despesa (-) FINSOCIAL	(55,4)	(79,6)	1 076,5	(65,0)

FONTE: Tabelas 4,6 e 9.

no ministério teve um incremento real de 363,2% em relação ao ano anterior.

Já em 1984, quando o FINSOCIAL aplicou cerca de 23% a menos que em 1983, a despesa total do ministério caiu 44,4%, valor este inferior, no entanto, ao de 79,6% que representa a possível queda que ele teria em seus dispêndios sem a aplicação dos recursos do Fundo.

A análise dos índices de 1984/1985 fica prejudicada face ao desmembramento do ministério com a criação, em 1985, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o que acarretou a diminuição em 91,6% das aplicações do FINSOCIAL no Ministério

do Interior. Note-se que este foi o maior percentual negativo da evolução das aplicações do Fundo entre os três ministérios em todos os períodos analisados.

No ano de 1986, quando o FINSOCIAL aplicou 671,5% a mais do que foi aplicado, em 1985, no Ministério do Interior, a despesa deste órgão apresentou uma variação negativa de 33,6% menor, portanto, que os 65% negativos que apresentaria uma vez expurgada a colaboração do Fundo.

Os dados dos Ministérios da Agricultura e da Educação apresentam três reações muito semelhantes quando submetidos à simulação do expurgo.

A primeira é de que foi em 1985 que se verificaram as duas maiores variações positivas (de todo o período) nas aplicações do FINSOCIAL nos dois ministérios (158,4% na Agricultura e 75,9% na Educação).

A segunda reação comum aos dois ministérios em 1985,é a de que ao incremento verificado nas aplicações do FINSOCIAL neste ano corresponderam maiores índices de evolução nas despesas realizadas com a participação do Fundo do que nas despesas expurgadas. Assim, vê-se na Agricultura a despesa realizada crescendo 4,2% (sem o Fundo, teria diminuído 7,1%) e no Ministério da Educação a despesa total aumentando 36,2% em relação a 1984, ao invés de 28,6% sem o Fundo.

Finalmente a última coincidência entre os dois ministérios é quanto às variações dos percentuais no mesmo sentido em todos os demais períodos. De 1982 para 1983, o comportamento da despesa realizada com ou sem a utilização do FINSOCIAL praticamente não se altera. No Ministério da Agricultura a despesa baixou 7,7% e sem o Fundo, teria baixado 7,6%. No da Educação, a despesa teria baixado 15,4% ao invés dos 15% efetivamente verificados.

As variações de 1984 e 1986, por outro lado, mostram (i

gualmente nos dois ministérios) um movimento divergente: as despesas realizadas sem a verba do FINSOCIAL teriam crescido mais do que cresceram com os recursos do Fundo. A maior diferença se dá em 1986 no Ministério da Agricultura: no lugar dos 7,5% de crescimento real em relação a 1985, o percentual expurgado atingiria 23,8%.

A Tabela 12 mostra o resultado do expurgo num 2º grupo de órgãos, excluído o 1º ano de funcionamento do Fundo. Entram neste grupo os Ministérios da Previdência e Assistência Social, o da Saúde e a Presidência da República, sendo que o 1º por realmente só ter recebido verba do FINSOCIAL a partir de 1983, e o Ministério da Saúde devido à já mencionada inconsistência dos seus dados em 1982.

A Presidência da República, através de 4 de seus órgãos (Secretaria de Planejamento, Secretaria Especial de Ação Comunitária, Conselho de Segurança Nacional e Procuradoria Geral da República), coordena e executa programas tanto de abastecimento popular, suplementação alimentar e ação comunitária como de assentamento de trabalhadores rurais, estímulo ao pequeno produtor rural e saneamento básico, entre outros.

TABELA 12: MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1983/1986
DESPESA TOTAL REALIZADA MENOS APLICAÇÃO DO FINSOCIAL

Cz$ milhões constantes*

Ministérios / Anos	Saúde	Previdência e A. Social	Presidência da República
1983	2 629,8	25 150,1	22 405,5
1984	5 902,7	26 637,5	16 422,0
1985	12 471,4	39 235,1	18 971,5
1986	24 641,0	35 611,4	21 515,2
1983 a 1986	45 644,9	126 634,1	79 314,2

FONTE: Tabelas 4 e 6.

*Base: OTN Dez./87

A participação percentual média do FINSOCIAL nas despesas dos órgãos (Tabela 13) foi de 27,8% na Presidência da República e de 17,4% no da Previdência e Assistência Social. Visto ano a ano, o Ministério da Saúde apresenta declínios sucessivos da participação do FINSOCIAL nas suas despesas totais, passando de 84,4% em 1983 para 56,2% em 1986, mas mesmo assim, tanto entre os órgãos deste grupo quanto entre os do 1º grupo é deste ministério a mais alta taxa de participação do FINSOCIAL no total despendido pelos ministérios: 63,3% no período 1983/1986.

Já a Previdência Social, no rateio de suas despesas, teve originários do FINSOCIAL 19,3% em 1983, passando esta participação a 37,2% em 1984, caindo para 3,6% em 1985 e 8,7% em 1986.

TABELA 13: MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1983/1986
PARTICIPAÇÃO DO FINSOCIAL NA DESPESA TOTAL REALIZADA

%

Ministérios / Anos	Saúde	Previdência e A. Social	Presidência da República
1983	84,4	19,3	11,0
1984	69,3	37,2	33,7
1985	60,8	3,6	31,6
1986	56,2	8,7	33,2
1983 a 1986	63,3	17,4	27,8

FONTE: Tabelas 4 e 6.

Conforme indicado na Tabela 14, tanto no Ministério da Previdência e Assistência Social quanto na Presidência da República, os percentuais mostram uma reação parecida: uma variação real maior do que ocorreria ao se expurgar a despesa nos anos de 1984 e 1986 e justamente o contrário em 1985, ou seja, uma variação real menor do que se daria caso o FINSOCIAL não entrasse no cômputo das despesas. Mas o que chama mais a atenção neste grupo de órgãos é o Ministério da Saúde.

De acordo com o que mostrou a Tabela 13, as aplicações

TABELA 14

MINISTÉRIOS SOCIAIS - 1983/1986

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA, DA APLICAÇÃO DO FINSOCIAL E DA DESPESA MENOS O FINSOCIAL

(%)

VARIAÇÃO PERCENTUAL / MINISTÉRIOS	1983/1984	1984/1985	1985/1986
Saúde			
Despesa Realizada	13,9	65,3	77,0
Aplicação do FINSOCIAL	(6,5)	45,0	63,7
Despesa (-) FINSOCIAL	124,5	111,3	97,6
Previdência			
Despesa Realizada	36,2	(4,1)	(4,2)
Aplicação do FINSOCIAL	163,2	(90,6)	128,2
Despesa (-) FINSOCIAL	5,9	47,3	(9,2)
Presidência da República			
Despesa Realizada	(1,6)	12,0	16,0
Aplicação do FINSOCIAL	201,8	5,1	21,7
Despesa (-) FINSOCIAL	(26,7)	15,5	13,4

FONTE: Tabelas 4, 6 e 12.

do FINSOCIAL no Ministério da Saúde representavam uma participação média de 63,3% no total das despesas realizadas a partir de 1983 por este ministério. Mesmo tendo crescido, a taxas reais,de 45% em 1985 e 63,7% em 1986, e registrado uma queda (de 6,5%) apenas em 1984 (Tabela 14), o ritmo das aplicações do Fundo não é suficiente para justificar a razão pela qual, em todos os três períodos analisados, a despesa realizada pelo ministério progrida num ritmo menor do que o da despesa expurgada (13,9% foi a razão de crescimento bruto de 1983 para 1984: com o expurgo seria de 124,5%; 65,3% foi a variação da despesa em 1985 contra 111,3% se expurgada e os 77% do total realizado em 1986 se contrapõe aos 97,6% atingidos com o expurgo).

Supostamente o que houve, então, (independentemente da contribuição do FINSOCIAL), foi um aumento real nos recursos do ministério (em todos os anos) bem acima dos aumentos médios de qualquer outro ministério no período (pelo menos daqueles que constam com recursos do FINSOCIAL). Logo, o virtual maior favorecimento das dotações do orçamento federal (e das suplementações concedidas pelo Tesouro Nacional) ao Ministério da Saúde, em detrimento de outros ministérios, aliado a uma redefinição de tarefas, encargos e atribuições a serem divididos entre os Ministérios de Saúde e da Previdência, podem talvez ser os condicionantes para a simulação do expurgo apresentar sinais negativos, digamos assim, às aplicações do FINSOCIAL no Ministério da Saúde.

Testando, a título ilustrativo, qual teria sido o comportamento do Ministério da Saúde se acoplado ao da Previdência, a simulação conjunta faz com que de 1983 para 1984 e de 1985 para 1986 o crescimento de despesa expurgada cresça menos que a despesa efetiva, ocorrendo o contrário apenas de 1984 para 1985. Assim temos a despesa realizada pela agregação dos dois ministérios crescendo 28,4% em 1984, 17,6% em 1985 e 31,4% em 1986, ao passo que a despesa expurgada ficaria 17,1% maior de 1983 para 1984, 58,9% em 1985 e 16,5% em 1986.

Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPLAN
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO
SEPLAN

V - CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS

A arrecadação bruta do FINSOCIAL, do ano de sua criação até 1986, foi ligeiramente superior (em valores de dezembro/1987) a 400 bilhões de cruzados. Mais da metade destes recursos foram aplicados nos Ministérios da Saúde (25,3%) e da Educação (25%), ficando o Ministério do Interior com 17% do total arrecadado.

Estes 3 Ministérios, responsáveis por mais de 11% da despesa total realizada pelo país como um todo, de 1982 a 1986, (Saúde: 1,8%; Educação: 7,2% e Interior: 2,2%), tiveram uma participação média de 9,9%, 39,4% e 12,2%, respectivamente, no montante despendido por todos os Ministérios que contaram com os recursos do FINSOCIAL no período.

A participação percentual média do Fundo nas despesas realizadas de 1982 a 1986 pelos Ministérios foi de 17,8% no da Educação e de 38,8% no do Interior, chegando a atingir 63,3% no da Saúde, ao examinarmos este Ministério a partir do ano de 1983.

A alocação de recursos do FINSOCIAL diretamente aos Ministérios, via Tesouro Nacional, deve-se, em grande parte, à não existência, até hoje, de uma regulamentação para o funcionamento do Fundo, cujos recursos, ao invés de serem geridos tecnicamente pelo BNDES, como se pretendia na época de sua criação, acabaram engrossando o caixa único do Tesouro.

Este desvio de rota do FINSOCIAL, que passou a ser apenas mais um tributo arrecadado e não uma central coordenadora de investimentos sociais, sob a coordenação e acompanhamento do BNDES, desperta uma série de questões sobre o caráter suplementar ou complementar do Fundo, ou seja, se a sua utilização propiciou ou não investimentos adicionais aos que os Ministérios sociais deveriam realizar.

Para tentar fundamentar melhor esta discussão, neste trabalho os Ministérios foram separados em 2 grupos, verificando-se

o peso do FINSOCIAL na evolução de suas despesas e o ritmo das variações ocorridas ano a ano.

Por se limitarem ao ponto de vista meramente financeiro da questão, as ilações decorrentes do cotejo realizado entre as despesas dos Ministérios sociais com ou sem os recursos do FINSOCIAL são basicamente referenciais, não se podendo, portanto, afirmar (nem genérica nem categoricamente) que estes recursos estariam apenas substituindo o que o governo federal teria deixado de alocar (via orçamentos ministeriais) à infra-estrutura social.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 1986

Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.

Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A.F.Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.

Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.

Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.

Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.

Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C.Braga e José W.Rossi, Maio 1986, 20 p.

Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sá Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16 p.

Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços : Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.

Nº 93 - "O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986", Maria Beatriz de A. David, Junho 1986 , 39 p.

Nº 94 - "Previsão da Inflação e Produção Industrial Pós-Choque via Análise de Intervenção", H.S. Migon e G.H. Brasil , Julho 1986, 18 p.

Nº 95 - "Exacerbação do Consumo e Salário Médio: Evidências sobre o Efeito-Sincronização", Ricardo Cicchelli Velloso , Setembro 1986, 20 p.

Nº 96 - "The Demand for Money in Brazil Revisited", José W.Rossi, Outubro 1986, 24 p.

Nº 97 - "O Programa de Estabilização Econômica e o Poder de Compra do Salário Mínimo", Daniel A.R. de Oliveira e Ricardo Cicchelli Velloso, Outubro 1986, 19 p.

Nº 98 - "Formação de Expectativas num Contexto de Inflação Baixa e Alta Incerteza", Fábio Giambiagi, Outubro 1986, 38 p.

Nº 99 - "Progresso Técnico na Indústria Brasileira: Indicadores e Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C.Braga e Virene Matesco, Outubro 1986, 71 p.

Nº 100 - "As Migrações Internas e a Previdência Social", Maria Helena F.T. Henriques e Kaizô Iwakami Beltrão, Outubro 1986, 59 p.

Nº 101 - "Testing for First Order Serial Correlation in Temporally Aggregated Regression Models", Pedro L. Valls Pereira , Novembro 1986, 17 p.

Nº 102 - "Notas sobre as Estatísticas de Investimento no Brasil", Guilherme Gomes Dias, Dezembro 1986, 35 p.

Nº 103 - "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", José W. Rossi, Dezembro 1986, 12 p.

Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 1: Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A.Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.

Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 2: Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Correia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.

Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 3: Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.

Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 4: Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.

Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 5: Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março 1987, 153 p.

Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes com Periodicidade Endógena", Fábio Giambiagi, Março 1987, 30 p.

Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.

Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando A. Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.

Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy , Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.

Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.

Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.

Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.

Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.

Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio S. Portugal, Outubro 1987, 36 p.

Nº 118 - "A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil", Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Outubro 1987, 28 p.

Nº 119 - "Perspectivas e Necessidades Educacionais da Mão-de- Obra", Manoel Augusto Costa, Outubro 1987, 16 p.

Nº 120 - "Modelo Multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil", Fábio Giambiagi, Guilherme Gomes Dias, Juan José Pereira e Márcio Gomes Pinto Garcia, Outubro 1987, 124 p.

Nº 121 - "A Reforma Fiscal no Processo de Elaboração da Nova Constituição", Fernando A. Rezende da Silva e José Roberto R. Afonso, Novembro 1987, 53 p.

Nº 122 - "Avaliação do Sistema Tributário Proposto no Projeto de Constituição", Ricardo Varsano, Novembro 1987, 35 p.

Nº 123 - "O Orçamento Brasileiro: seu Processo Atual e as Reformulações Propostas no Projeto Constitucional", Maria da Conceição Silva, Novembro 1987, 30 p.

Nº 124 - "As Contribuições Sociais no Projeto de Constituição", Beatriz Azeredo, Novembro 1987 (a ser publicado).

Nº 125 - "Endividamento Municipal: Análise da Situação Financeira de Quatro Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador)", Thompson A. Andrade, Novembro 1987, 33 p.

Nº 126 - "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil: 1981/86", Gervásio Castro de Rezende, Dezembro 1987, 46 p.

Nº 127 - "Considerações sobre a Relação entre a Dívida Pública e a Inflação", José W. Rossi, Dezembro 1987, 09 p.

Nº 128 - "Estratégias de Desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1987, 35p.

Nº 129 - "Industrial Policies and Multinational Enterprises in Latin America", Helson C. Braga e Virene Matesco, Dezembro 1987, 30 p.

Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.

Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.

Nº 132 - "O (Des)controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José Roberto R. Afonso , Janeiro 1988, 75 p.

Nº 133 - "O "Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fábio Giambiagi, Março 1988, 17 p.

Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M.Polônia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.

Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março de 1988, 23 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico (quadrimestral), desde 1971; Literatura Econômica (quadrimestral), desde 1977; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Textos para Discussão do Grupo de Energia (TDE); Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP) e Série Fac-Símile.

INPES, 136/88